



TERMO DE TRANSAÇÃO E AJUSTAMENTO DE CONDUTA

Termo de Transação e Ajustamento de Conduta que Samarco Mineração S.A. e suas controladoras Vale S.A. e BHP Billiton Brasil Ltda. firmam perante o Estado de Minas Gerais, o Instituto Estadual de Florestas, a Fundação Estadual do Meio Ambiente e o Instituto Mineiro de Gestão das Águas

O **ESTADO DE MINAS GERAIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 05.475.103/0001-21, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD**; o **INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF**, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, criada pela Lei 2.606/1962, com regulamento aprovado pelo Decreto nº 45.834, de 22 de dezembro de 2011, CNPJ 18.746.164/0001-28; a **FUNDAÇÃO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE - FEAM**, instituída pelo Decreto nº 28.163, de 6 de junho de 1988, nos termos da Lei nº 9.525, de 29 de dezembro de 1987, com regulamento aprovado pelo Decreto nº 45.825, de 20 de dezembro de 2011, CNPJ nº 25.455.858/0001-7; o **INSTITUTO MINEIRO DE GESTÃO DAS ÁGUAS - IGAM**, autarquia vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, criada pela Lei nº 12.584, de 17 de julho de 1997, com regulamento aprovado pelo Decreto nº 46.636, de 28 de outubro de 2014, CNPJ 17.387.481/0001-32; doravante denominados **COMPROMITENTES**;

A **SAMARCO MINERAÇÃO S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima fechada, inscrita no CNPJ 16.628.281/0001-61, com matriz localizada à rua Paraíba, nº 1122, 9º, 10º, 13º, 19º e 23º andares, Bairro Funcionários, Belo Horizonte, MG, CEP 30.130-918, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante denominada **SAMARCO ou COMPROMISSÁRIA**; a **VALE S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, sociedade anônima aberta, inscrita no CNPJ 33.592.510/0001-54, com matriz localizada à Avenida das Américas, número 700, Bloco 8, Loja 318, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/ RJ - CEP 22640-100100, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social, doravante denominada **VALE**; e a **BHP BILLITON BRASIL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, sociedade limitada, inscrita no CNPJ 42.156.596/0001-63, com matriz localizada à Av. das Américas, nº 3.434, bloco 07, sala 501, Bairro Barra da Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22.640-102, neste ato representada na forma do seu Contrato Social, doravante denominada **BHP**; ambas doravante denominadas **COMPROMISSÁRIAS ACIONISTAS**.

CONSIDERANDO o disposto no artigo 225, *caput*, da Constituição Federal, que impõe ao Poder Público e a toda a coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações;

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º, XXV, da Constituição Federal, que autoriza o Poder Público, em caso de iminente perigo público, a utilizar, mediante requisição administrativa, a propriedade particular;



CONSIDERANDO o disposto no art.2º da Lei Federal nº 12.608/2012, que impõe ao Poder Público o dever de adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de desastre, com a colaboração de entidades públicas, privadas e da sociedade em geral;

CONSIDERANDO que a SEMAD, a FEAM, o IEF e o IGAM, na forma do art.16-B, IV, da Lei Estadual nº 7.772/80, têm competência para, em caso de grave e iminente risco para vidas humanas ou para o meio ambiente e em casos de prejuízos econômicos para o Estado, determinar a adoção das medidas emergenciais necessárias para conter ou reduzir o risco;

CONSIDERANDO os princípios antecipatórios da precaução e da prevenção;

CONSIDERANDO os danos que ainda poderão advir do rompimento da barragem de Fundão, pertencente ao Complexo Minerário de Germano, em Mariana-MG, notadamente ante o iminente período chuvoso 2016/2017;

CONSIDERANDO a obrigação da SAMARCO de adotar, com meios e recursos próprios, as medidas necessárias para o controle das consequências do evento com vistas a minimizar os danos à saúde e ao meio ambiente, e das COMPROMISSÁRIAS ACIONISTAS, de forma subsidiária, na forma do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta ("TTAC") celebrado no dia 02/03/2016;

CONSIDERANDO as obrigações respectivamente impostas à SAMARCO e às COMPROMISSÁRIAS ACIONISTAS nas decisões judiciais proferidas nos autos da Ação Civil Pública nº 5047686-32.2016.8.13.0024 e da Ação Civil Pública nº 0023863-07.2016.4.01.3800, ainda pendentes de trânsito em julgado;

CONSIDERANDO a necessidade de obras emergenciais a serem executadas nas áreas necessárias à implantação do Dique S4, para mitigação dos cenários apresentados e riscos associados relacionados diretamente ao período chuvoso 2016/2017;

CONSIDERANDO a necessidade de execução de obras emergenciais para a implantação do Dique S4, com vistas à mitigação dos cenários apresentados e riscos associados relacionados diretamente ao período chuvoso 2016/2017, inclusive em propriedade privada;

CONSIDERANDO as dificuldades, noticiadas pela SAMARCO, nas negociações extrajudiciais com os proprietários para aquisição das áreas a serem afetadas pelas obras emergenciais, o que inviabiliza o início da construção antes do período chuvoso 2016/2017;

CONSIDERANDO os termos do Laudo Técnico SISEMA nº 01/2016, atestando a situação de risco, o caráter emergencial da obra, a efetividade da solução, o período máximo para a sua permanência no local e a necessidade de edição de Decreto de requisição administrativa;

CONSIDERANDO que a SAMARCO, e as COMPROMISSÁRIAS ACIONISTAS de forma subsidiária, na forma do TTAC, são responsáveis por todas as devidas e proporcionais indenizações ao uso dos imóveis, relativas à requisição administrativa, bem como por todas as demais medidas indenizatórias, recuperatórias e compensatórias decorrentes da implantação do Dique S4, nos termos do presente ACORDO;



CONSIDERANDO que é responsabilidade da SAMARCO providenciar todos os projetos técnicos necessários à execução das obras para implantação do Dique S4, elaborados por profissionais legalmente habilitados, com a emissão das respectivas anotações de responsabilidade técnica, bem como adotar todas as técnicas de construção e operação do Dique S4 que garantam a estabilidade da estrutura física;

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Transação e Ajustamento de Conduta, o qual possui eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos dos arts. 1º, §4º e 4º-A da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997 e do art. 5º, §6º da Lei Federal 7.347 de 24 de julho de 1985, sempre observados os procedimentos e as formas estabelecidas nas cláusulas constantes deste Termo a seguir expostas:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente ACORDO tem por objeto definir as obrigações decorrentes da responsabilidade da Samarco, e das COMPROMISSÁRIAS ACIONISTAS de forma subsidiária, na forma do TTAC, pelos eventos advindos da requisição administrativa realizada com o intuito de viabilizar a construção do Dique S4 e da efetiva implantação do referido Dique, sem prejuízo das obrigações decorrentes de lei, bem como da adoção das demais medidas indenizatórias, compensatórias, recuperatórias e emergenciais que se fizerem necessárias para cessar os efeitos do desastre ocorrido em novembro de 2015.

DAS OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelo presente ACORDO a Samarco, e de forma subsidiária as COMPROMISSÁRIAS ACIONISTAS, estas na forma do TTAC, se obrigam:

I - Ao pagamento de todas as indenizações, judiciais e extrajudiciais, aos proprietários, possuidores ou terceiros interessados, decorrentes da requisição administrativa, nos termos da legislação em vigor e nos valores econômicos estimados do uso temporário dos imóveis na situação atual e, ainda, ao pagamento de qualquer indenização ou providência eventualmente determinada pelo Poder Judiciário em desfavor do Estado de Minas Gerais, decorrentes da requisição administrativa da área, bem como das obras de instalação e retirada do Dique S4.

II – À restituição das áreas requisitadas aos respectivos proprietários/possuidores, em condições de uso, até 31 julho de 2019, prazo este que poderá prorrogado em caso de necessidade;

III – À apresentação de cronograma executivo, no prazo de 30 (trinta) dias contados do início da operação do Dique S4, contendo plano de descomissionamento do Dique S4, incluindo reabilitação ambiental da área afetada, de forma a promover a recuperação dos ecossistemas e o uso futuro desta área, conforme diretrizes, critérios e cronogramas a serem discutidos e aprovados pelos órgãos ambientais;

IV – À implementação de um cronograma executivo, no prazo de 05 (cinco) dias contados da assinatura do presente, de monitoramento quali-quantitativo para acompanhar as alterações



na qualidade das águas antes, durante e após a construção e descomissionamento do Dique S4, de acordo com os requisitos mínimos estabelecidos no "Programa de Monitoramento Quali-Quantitativo das Águas e dos Sedimentos no Rio Doce", aprovado pelo Comitê Interfederativo - CIF;

V – À apresentação de cronograma executivo, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura deste ACORDO, incluindo cronograma de implementação, de monitoramento do trânsito de sólidos na saída dos Diques S3 e S4, para medição de descarga sólida em suspensão, associada à medição de descarga líquida, visando avaliar a efetividade da retenção de sedimentos;

VI – À realização do Estudo de Análise de Risco, do Plano de Contingência e do Plano de Comunicação de Risco para os cenários de implantação e operação do Dique S4, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura deste ACORDO;

VII – À apresentação de um plano, com cronograma executivo, no prazo de 30 (trinta) dias contados da assinatura deste ACORDO, de implantação de marcos geográficos ao longo dos rios Gualaxo do Norte e Carmo e de programa de batimetria ou outra medida para aferir a eficiência do dique S4 ao longo dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, no território mineiro. Após a aprovação, o plano deverá ser implementado;

VIII – À apresentação de um plano, no prazo de 90 (noventa) dias contados da assinatura deste ACORDO, para, se necessário, retirada e destinação ambientalmente adequada dos rejeitos e sedimentos depositados nas calhas, nas margens, nas áreas de preservação permanente - APPs e nas áreas de inundação, impactadas pela lama, dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce, no território mineiro, adotando técnicas de reabilitação de áreas degradadas adequadas a cada trecho, de forma a promover a recuperação dos ecossistemas e o uso futuro sustentável destas áreas, conforme diretrizes e critérios a serem discutidos e aprovados pelos órgãos ambientais;

IX - À apresentação de um plano de retirada dos rejeitos e sedimentos nos termos do Acordo celebrado no dia 04/08/16 nos autos do Processo n.º 0026391-60.2016.8.13.0400, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da assinatura deste Acordo. O plano deverá apresentar cronograma de retirada, estimativa de volume a ser retirado, além de indicar local ambientalmente adequado para destinação dos rejeitos e sedimentos;

X - À execução de obra para retirada dos rejeitos e sedimentos da área de Bento Rodrigues na forma do Acordo celebrado no dia 04/08/16 nos autos do Processo n.º 0026391-60.2016.8.13.0400, com início de sua mobilização no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contados da aprovação do plano de retirada pelos órgãos competentes;

XI - Ao pagamento de medida compensatória caracterizada na implantação, manutenção e conservação do Parque Estadual do Itacolomi, conforme padrões técnicos e de qualidade, levantamento de projetos, obras e equipamentos, definidos pelo Instituto Estadual de Florestas, no prazo de 12 (doze) meses contados da assinatura deste ACORDO, por meio das seguintes obrigações:



(i) contratação e execução de levantamento planialtimétrico georreferenciado, geral e de cada uma das propriedades, com elaboração de planta e memorial descritivo, apontando as áreas de preservação permanente, reserva legal e incidência do Bioma Mata Atlântica, de toda área do PE Itacolomi, conforme memorial descritivo constante do Decreto de criação; e

(ii) regularização fundiária de área correspondente a 04 (quatro) vezes a área equivalente ao Dique S4, ou seja 132,00 ha (centro e trinta e dois hectares), em imóveis privados localizados na área do Parque Estadual do Itacolomi, conforme memorial descritivo constante do Decreto de criação da mencionada Unidade de Conservação, seja por meio da transferência da propriedade e posse ao Instituto Estadual de Florestas – IEF, seja com o pagamento ao IEF, por meio de depósito prévio, em conta desta autarquia, destinada a esta finalidade, de todos os custos, estimados em laudo de avaliação do serviço público estadual, das desapropriações judiciais ou extrajudiciais, contemplando todas as indenizações aos proprietários e possuidores.

XII- Ao pagamento de qualquer indenização ou providência eventualmente determinada pelo Poder Judiciário em desfavor do Estado de Minas Gerais, decorrentes da requisição administrativa da área, bem como das obras de instalação e retirada do Dique S4.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Nas hipóteses em que o cumprimento das obrigações previstas na CLÁUSULA SEGUNDA depender da elaboração de projeto, este deverá ser apreciado e aprovado pelo órgão ambiental, de forma que o projeto seja parte integrante do ACORDO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Em caso de descumprimento da obrigação prevista no inciso II da CLÁUSULA SEGUNDA deste ACORDO, a SAMARCO, e as COMPROMISSÁRIAS ACIONISTAS, estas na forma do TTAC, ficam, desde já, obrigadas ao pagamento dos valores necessários à desapropriação das áreas particulares, para fins de indenização de seus proprietários/possuidores, hipótese em que deverão responsabilizar-se, ainda, pela criação e implantação de unidade de conservação no local, conforme orientações do Instituto Estadual de Florestas - IEF.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Compete à SAMARCO a identificação dos proprietários/possuidores a serem indenizados na forma do inciso I da CLÁUSULA SEGUNDA do presente ACORDO.

PARÁGRAFO QUARTO: Compete à SAMARCO, à VALE e à BHP, estas de forma subsidiária, na forma do TTAC, o pagamento de medidas compensatórias em virtude de eventuais danos e impactos que vierem a ser apurados relativamente ao cumprimento deste ACORDO.

CLÁUSULA TERCEIRA: A SAMARCO, para garantir o cumprimento do item I da CLÁUSULA SEGUNDA, instituirá e manterá garantias no valor de R\$ 7.000.000,00 (sete milhões de reais), devendo depositar o montante de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos reais), em conta vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD.



PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não serão computados no valor referido no *caput* os valores necessários para as medidas de recuperação e compensação, instituídas através deste ACORDO.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A VALE e a BHP terão a obrigação de realizar, no prazo de 10 (dez) dias e na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma delas, o aporte previsto no *caput* em caso de descumprimento ou atraso pela SAMARCO.

CLÁUSULA QUARTA: No caso de comprovada impossibilidade de recuperação da área após descomissionamento do dique S4, ainda que parcial, para fins de cumprimento da obrigação prevista no inciso II da CLÁUSULA SEGUNDA do presente ACORDO, fica a SAMARCO obrigada ao pagamento de indenização, a qual não será computada no valor referido na CLÁUSULA TERCEIRA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Não sendo possível a recuperação da área degradada, o valor da indenização referida no *caput* deverá ser destinado a área semelhante ou a atividades de prevenção, a critério da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A indenização prevista no *caput*, a ser revertida na forma do PARÁGRAFO PRIMEIRO, não substitui a indenização que será devida ao proprietário/possuidor da área cuja recuperação comprovadamente não possa ser realizada.

CLÁUSULA QUINTA: Compete à SAMARCO adotar, com meios e recursos próprios, as medidas necessárias para minimizar os danos à saúde pública e ao meio ambiente, de acordo com as seguintes condições e procedimentos estabelecidos, sem prejuízo de outros que se fizerem necessários:

- I – adotar técnicas de construção e operação do Dique S4 que garantam a estabilidade da estrutura física, considerando o cenário pessimista de aporte de sedimentos, conforme contido na documentação apresentada aos órgãos ambientais;
- II – adotar todas as medidas de preservação das estruturas históricas do Distrito de Bento Rodrigues, Município de Mariana, conforme já delineado em reuniões anteriores com os órgãos ambientais e com o Ministério Público do Estado de Minas Gerais;
- III – apresentar a primeira auditoria de segurança do Dique S4 aos órgãos ambientais estaduais e ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, no prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data do início da operação da estrutura;
- IV – realizar inspeção de segurança periódica no Dique S4 a cada 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data da primeira auditoria de segurança, cujos relatórios deverão ser apresentados aos órgãos ambientais estaduais e ao DNPM.

CLÁUSULA SEXTA: O presente ACORDO é firmado sem prejuízo das atribuições e prerrogativas legalmente atribuídas aos órgãos e entidades do Poder Público, especialmente quanto à



competência para fiscalização e exigência de regularização ambiental das atividades exercidas pela SAMARCO.

DAS PENALIDADES

CLÁUSULA SÉTIMA: O não cumprimento das obrigações assumidas pela COMPROMISSÁRIA e pelas COMPROMISSÁRIAS ACONISTAS neste ACORDO, para as quais não haja previsão de sanção específica, implicará o pagamento de multa diária no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), limitados a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), destinado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMAD.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A aplicação das penalidades previstas no *caput* se dará com o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, e não afasta a execução específica das referidas obrigações, na forma prevista na legislação aplicável.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A incidência das penalidades estabelecidas no *caput*, com eficácia executiva de obrigação de pagar, ocorrerá de forma cumulativa.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Antes da execução das penalidades previstas no *caput* pelos COMPROMITENTES, a COMPROMISSÁRIA e as COMPROMISSÁRIAS ACIONISTAS serão notificadas para, se desejarem, no prazo de 15 (quinze) dias, regularizarem a obrigação ou apresentarem justificativas técnicas sobre possíveis descumprimentos das obrigações assumidas.

CLÁUSULA OITAVA: Na hipótese de descumprimento CLÁUSULA TERCEIRA, a SAMARCO ficará obrigada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) do valor inadimplido, que deverá ser atualizado pela SELIC, desde a data do inadimplemento até o efetivo aporte do valor no Fundo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As COMPROMISSÁRIAS ACIONISTAS terão a obrigação de realizar, no prazo de 10 (dez) dias e na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma delas, o aporte previsto no *caput* em caso de descumprimento ou atraso pela SAMARCO.

CLÁUSULA NONA: As multas diárias previstas neste ACORDO serão aplicadas por dia corrido, tendo seu início no primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

CLÁUSULA DÉCIMA: Os valores previstos neste ACORDO, salvo quando disposto expressamente em contrário, serão corrigidos monetariamente pela variação do IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo), ou outro índice que vier a substituí-lo, verificada entre a data da assinatura deste ACORDO e seu respectivo pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: O pagamento das multas não exime a COMPROMISSÁRIA E AS COMPROMISSÁRIAS ACIONISTAS do cumprimento integral de suas respectivas obrigações estabelecidas neste ACORDO.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O cumprimento das obrigações previstas neste ACORDO de modo distinto do pactuado implica no descumprimento do ACORDO, salvo quando decorrente de determinação de órgãos competentes, do Comitê Interfederativo e/ou previsão do TTAC.

DAS CLÁUSULAS GENÉRICAS

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O presente ACORDO é firmado sem prejuízo das atribuições e prerrogativas legalmente atribuídas aos órgãos e entidades do Poder Público, especialmente quanto à competência para fiscalização e exigência de regularização ambiental das atividades exercidas pela SAMARCO.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA: Sem prejuízo das obrigações previstas neste ACORDO, poderão ser especificadas, pelo Poder Público, cautelas mínimas na execução das medidas emergenciais, prazos para execução, medidas de controle, além da exigência dos estudos de impacto e licenciamento ambiental *a posteriori*.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A celebração do presente ACORDO não exige a SAMARCO de adotar outras medidas, exigidas pelos órgãos ambientais, que possam contribuir para minorar ou estancar os efeitos negativos advindos do rompimento da barragem de Fundão, pertencente ao Complexo Minerário de Germano, em Mariana/MG, em especial aquelas previstas no TTAC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: A suspensão das atividades relacionadas às barragens de Germano, Fundão e Santarem, imposta pelo Auto de Fiscalização SEMAD nº. 38963/2015, permanece em vigor, sem prejuízo do cumprimento das obrigações previstas neste ACORDO.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: As medidas e ações de elaboração, desenvolvimento e execução decorrentes deste ACORDO serão de responsabilidade exclusiva da SAMARCO. Subsidiariamente, as COMPROMISSÁRIAS ACIONISTAS, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada uma delas, são responsáveis por todos e quaisquer ônus, danos e impactos financeiros que repercutam para os COMPROMITENTES.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Os prazos referidos neste ACORDO serão contados em dias úteis.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Em nenhuma hipótese os COMPROMITENTES serão responsabilizados pelas obrigações assumidas pela COMPROMISSÁRIA e/ou COMPROMISSÁRIAS ACIONISTAS.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Todas as obrigações inseridas no presente ACORDO são consideradas de relevante interesse público, para todos os fins de direito, devendo as Partes deste signatárias fornecer umas às outras e aos órgãos públicos interessados todos os documentos e informações necessárias ao regular cumprimento da finalidade a que se destina.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Este ACORDO constitui medida de execução do TTAC e produzirá efeitos legais a partir da data de sua assinatura, com efeitos de título executivo extrajudicial.



CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: O presente ACORDO permanecerá vigente até 31 julho de 2019, prorrogável 01 (uma) vez por igual período.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Na hipótese de divergência entre as cláusulas e condições do presente ACORDO e as determinações do Comitê Interfederativo, disposições ou programas do TTAC respeitados os prazos deste ACORDO, prevalecerão as determinações do Comitê Interfederativo e/ou disposições ou programas do TTAC, desde que comprovada a sua efetividade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte/MG para dirimir controvérsias, bem como para eventual execução deste ACORDO.

E para que produza seus regulares efeitos jurídicos, as PARTES assinam o presente instrumento, em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma.

Belo Horizonte 19 de setembro de 2016.

SECRETÁRIO DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

FEAM

IGAM

IEF



COMPROMISSÁRIA: SAMARCO MINERAÇÃO S.A.



COMPROMISSÁRIA ACIONISTA: VALE S.A.



COMPROMISSÁRIA ACIONISTA: BHP BILLITON BRASIL LTDA.